

---

PEDRO HESPANHA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Sociais

ANA ISABEL ALVES

Socióloga

## A construção da habitação em meio rural: Um domínio da Sociedade-Providência

---

125

*A questão do alojamento em áreas rurais continua, em grande medida, fora da esfera do Estado e fora da esfera do mercado. E, no entanto, alguns indicadores relacionados com a habitação em casa própria ou o fenómeno da descoabitación parecem sugerir que essa questão tem encontrado uma resposta satisfatória no quadro dos recursos locais.*

*Procurando testar a hipótese da Sociedade-Providência neste domínio particular, os autores dão conta dos resultados de um estudo sobre as práticas de autoconstrução de habitação realizado numa aldeia, para mos-*

*trar como as redes de parentesco e de vizinhança são mobilizadas ao longo de todo o processo que conduz à habitação própria. Analisam-se sucessivamente, os sistemas de preferências e de prioridades relacionados com o trabalho e o modo de vida, as estratégias de acumulação e de agenciamento de recursos, a composição das redes de entreeajuda e os padrões de reciprocidade, as formas de relacionamento com as instituições burocráticas e a opção entre a legalidade e a clandestinidade na superação dos entraves burocráticos.*

**N**o meio rural português, parece estar a afirmar-se a tendência para uma instalação separada dos novos núcleos familiares, pelo menos até um período muito recente. O crescimento dos núcleos familiares mais acentuado do que o da população, entre os dois últimos Censos, permite confirmar estatisticamente aquilo que a observação directa das aldeias nos faz ver, ou seja, a construção de novas habitações por jovens casais, mesmo em zonas que estão a perder população.

Paradoxalmente, espaços caracterizados por albergar populações de baixos recursos, dependendo em larga medida de uma actividade em crise e escassamente beneficiadas pelo providencialismo estatal, mostram possuir uma capacidade desproporcionada de resposta às necessidades habitacionais das famílias.

O paradoxo começa a desfazer-se quando comparamos os preços do mercado da habitação em meio rural e meio urbano. Grande parte da atracção para viver fora dos grandes centros urbanos onde se trabalha ou estuda provém pre-

### 1. Introdução

cisamente desta diferença de preços, explicada principalmente pela diferença de custos do solo. Mas a tendência a que nos referimos no início não tem muito a ver com o preço ou o valor de mercado da habitação, mas sim com o custo efectivo da construção da casa para os utilizadores directos. O que caracteriza precisamente a preferência pela residência neo-local é o facto de se tratar de habitação auto-construída pelos jovens casais, mobilizando recursos próprios e ajudas de elevado valor económico fornecidas gratuitamente no quadro dos sistemas de entreaajuda que emergem das relações de parentesco, de amizade e de vizinhança.

O paradoxo desvanece-se totalmente quando identificamos, assim, o baixo custo da habitação em áreas rurais com o processo social de construção da habitação. Apesar da crescente individualização dos interesses, da tendência para a mercadorização da força de trabalho e dos recursos materiais e do alargamento da acção estatal ao sector da habitação, a debilidade do mercado neste domínio a par da quase inexistência de políticas de habitação para os espaços rurais<sup>1</sup>, levou a que com que as práticas tradicionais de entreaajuda e o sentimento de comunidade que as alimenta se conservassem, adaptando-se embora às novas condições de vida da população rural.

Por isso, esta questão do processo de construção da habitação parece constituir um campo temático particularmente adequado a testar as teses sobre a Sociedade-Provi-

---

<sup>1</sup> Uma intervenção mais consistente do Estado português inicia-se apenas nos finais dos anos 60, com a criação, em 1969, do Fundo de Fomento da Habitação. Relativamente às áreas rurais esse intervenção foi praticamente nula, à excepção do programa SAAL surgido depois do 25 de Abril. Para uma avaliação deste programa, ver as contribuições de Margarida Coelho, Nuno Portas, Mário Brochado Coelho, Teresa Barata Salgueiro e Ana Veneza no número 18/19/20 da *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Até aí, o Estado tentara fomentar a construção de casas baratas para famílias de escassos recursos, mas a realização deste propósito foi praticamente nula, conforme pôde constatar A. Fonseca Ferreira (1987). O interesse da auto-construção para os objectivos do Estado foi reconhecido mais cedo. Data de 1962 um programa habitacional destinado a apoiar a auto-construção através da concessão de benefícios financeiros, fiscais e fundiários, quer a quem pretendesse construir em terrenos próprios, quer a quem não dispusesse de terreno, ficando as câmaras municipais e as juntas de freguesia autorizadas, neste caso, a vender lotes de terrenos com dispensa de hasta pública. O apoio à «auto-construção» assentava fundamentalmente no reconhecimento de que a cooperação espontânea entre famílias permitia uma construção muito mais barata quer para os particulares, quer, sobretudo, para o Estado, que via reduzidos deste modo os elevados encargos com a construção directa. Só depois do 25 de Abril este programa veio a ter uma realização mais expressiva, apesar de ter sido sempre considerado pelas instituições responsáveis pela sua execução «de aplicação excepcional e supletiva» e, por isso, rodeado de uma pesada burocracia (Ferreira, 1987: 94/95).

dência avançadas por Boaventura de Sousa Santos, nomeadamente as da vitalidade da Sociedade-Providência em Portugal e a da diferença específica do providencialismo societal quando comparado com o providencialismo estatal. Com a primeira, visa-se explicar os progressos operados nos padrões de reprodução social da sociedade portuguesa, apesar da deficiência quer das políticas sociais do Estado, quer da produção de bens sociais pelo sector capitalista (Santos *et al.*, 1986, 1990 e 1993). Com a segunda, visa-se identificar a diferente natureza da protecção conferida pela Sociedade-Providência e pelo Estado-Providência e avaliar a relevância desse facto para a edificação de um sistema misto de produção de bem-estar que permita aprofundar, nas circunstâncias actuais, a cidadania social.

No caso português, a protecção estatal afastar-se-ia do modelo do Estado-Providência mais pelo facto de a administração pública não ter interiorizado suficientemente a protecção social como um direito dos cidadãos — antes a concebendo como um produto da benevolência estatal — do que pela variedade das formas de protecção e pelo tipo de instrumentos de política usados para as realizar (Santos, 1990: 67). Acresce que as próprias práticas sociais da população estariam igualmente impregnadas desta ideologia da benevolência estatal, assim se compreendendo não só que a pressão exercida sobre o Estado para que assumia as suas responsabilidades sociais seja limitada mas também que as necessidades sociais continuem a ser consideradas assunto privado (*ibid.*: 68).

Neste quadro, o papel reservado à Sociedade-Providência seria da maior importância estratégica, sobretudo para as camadas da população mais afectadas pela falta de protecção pública, ou seja, para aquelas que, pelo seu estatuto social e nível de rendimentos, vêem igualmente limitado o acesso aos serviços proporcionados pelo mercado.

O alojamento constitui um domínio de necessidades sociais em que a oferta estatal é claramente deficitária e, perante isto, a procura social é forçada a soluções de recurso geradas no seio da própria sociedade civil, sob pena de se manter insolvida. Em meio rural, esta capacidade de resposta da sociedade civil seria particularmente elevada e, por tal facto, mesmo os grupos economicamente mais desprovidos poderiam aspirar a habitação própria.

A segunda tese aponta para as dificuldades de generalização do modelo de relações sociais que subjaz à Socie-

dade-Providência, quando se pretende encontrar alternativas para sair da crise do Estado-Providência sem perder os atributos progressistas da cidadania social que este ajudara a criar.

Boaventura de Sousa Santos enuncia alguns destes atributos que parece não se enquadrarem na lógica do modelo da Sociedade-Providência:

*Primeiro*, os recursos materiais, científicos e técnicos à disposição das comunidades são quantitativa e qualitativamente diferentes dos accionados pelo Estado moderno e não permitem formas de intervenção comparáveis às deste.

*Segundo*, os princípios da universalidade e da igualdade dos cidadãos a receberem ajuda não são respeitados pela solidariedade própria da Sociedade-Providência que, sendo baseada em relações sociais construídas em torno da reciprocidade, se move por uma lógica particularista.

*Terceiro*, o direito dos cidadãos a receberem protecção do Estado não tem correspondente na Sociedade-Providência. A protecção que esta dispensa não pode ser exigida como um direito, não existindo sequer mecanismos que garantam a protecção naqueles casos em que o costume já consagrou essa prática.

*Quarto*, as situações de dependência e de controlo social que a atribuição de direitos de cidadania pretendia eliminar são particularmente visíveis onde predomina o modelo da Sociedade-Providência, pelo facto de a necessidade de ajuda por parte dos mais fracos tender a reforçar as formas locais de clientelismo.

*Quinto*, contrariamente aos objectivos de equidade geográfica das políticas do Estado-Providência, a operacionalidade da Sociedade-Providência tem uma relevância puramente local e as suas redes de entreaajuda tendem a gerar rígidas distinções espaciais.

*Sexto* e último, o modo como a Sociedade-Providência distribui as obrigações e os encargos com a protecção social assenta num sistema de papéis identificado com os regimes patriarcal e clientelar, o que tem como consequência uma muito desigual repartição dessas obrigações e encargos, penalizando as mulheres e os mais dependentes.

À luz das teses expostas, procuraremos avaliar, de seguida, a relevância da Sociedade-Providência no domínio particular da construção da habitação com base num estudo

realizado em 1993 sobre as práticas de auto-construção de habitação numa aldeia<sup>2</sup>.

Analisam-se, sucessivamente, os sistemas de preferências e de prioridades no sistema de alojamento relacionados com o trabalho e os modos de vida, as estratégias de acumulação e de agenciamento de recursos para a construção da casa, a composição das redes de entajuda e os padrões de reciprocidade e, finalmente, as formas de relacionamento com as instituições burocráticas e o dilema entre a legalidade e a clandestinidade na superação dos entraves burocráticos.

129

## **2. O contexto da investigação**

O estudo realizou-se numa aldeia localizada nas proximidades da cidade de Coimbra, com uma população de cerca de 1 000 habitantes, e incidiu sobre o processo social de construção do alojamento ao longo dos vinte anos que se sucederam ao 25 de Abril de 1974.

Uma amostra de quarenta casais que haviam construído a sua própria casa nesse período foi entrevistada sobre um conjunto de questões adequadas a elucidar esse processo. Entre elas incluíam-se questões relacionadas com os aspectos económicos da construção, referentes ao financiamento, à aquisição do terreno e materiais de construção e às estratégias de valorização económica dos usos da casa; questões relacionadas com aspectos burocráticos tais como a legalização dos terrenos, o acesso ao crédito bancário e a aprovação dos projectos pela autarquia; questões relacionadas com as práticas de entajuda, referentes à ajuda na construção, à gestão do trabalho e aos modos de reciprocidade; e, finalmente, questões relacionadas com os modos residenciais,

<sup>2</sup> O referido estudo comportava objectivos mais amplos do que os visados neste texto e foi realizado no âmbito do Seminário de Sociologia Rural e Urbana da Licenciatura em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Sinteticamente, ele pretendia, para além de comprovar a hipótese de que o custo mais baixo da habitação em meio rural se relacionava com as relações de entajuda da Sociedade-Providência, conhecer: a) as condições de recrutamento de trabalho voluntário, a composição das redes de recrutamento e as modalidades de ajuda; b) o modo como variam as práticas de entajuda conforme o estatuto social dos actores envolvidos; c) as representações sociais sobre o estatuto da habitação (própria, arrendamento, coabitação, etc.) e o momento do ciclo de vida em que a construção da habitação própria tem lugar. Pretendia ainda testar as hipóteses a) de que a localização, dimensão e morfologia da habitação resultam de um compromisso imposto pelo próprio processo social de construção; b) de que quem não dispõe de um vínculo de pertença à comunidade (parentesco ou vizinhança) tem de angariar uma relação de troca para poder beneficiar de recursos de favor na construção; e c) de que as formas de entajuda se reforçaram no imediato pós-25 de Abril.

envolvendo os temas dos padrões estéticos, das exigências de conforto e das representações sobre a qualidade de vida.

**QUADRO 1**  
DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA  
SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Nível de escolaridade	HOMENS		MULHERES		HM	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Primária	21	52,5	22	55,0	43	53,8
Ciclo	9	22,5	13	32,5	22	27,5
Secundário	6	15,0	2	5,0	8	10,0
Complementar	3	7,5	2	5,0	5	6,3
Curso médio			1	2,5	1	1,3
Curso superior	1	2,5			1	1,3
Total	40	100	40	100	80	100,0

**QUADRO 2**  
DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO A OCUPAÇÃO

Ocupação principal e ramos de actividade económica	HOMENS		MULHERES		HM	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
1. Agricultura			4	10,0	4	5,0
3. Indústria Transformadora	3	7,5	7	17,5	10	12,5
4. Electricidade, gás e água	3	7,5		0,0	3	3,8
5. Constr. e obras públicas	4	10,0		0,0	4	5,0
6. e 8. Comércio, Banca e Seguros	8	20,0	6	15,0	14	17,5
7. Transportes, Arm. e Comunicações	7	17,5	2	5,0	9	11,3
9. Serviços à colect., soc. e pess.	13	32,5	14	35,0	27	33,8
Desempregados Domésticas	2	5,0	2	5,0	4	5,0
			9	22,5	9	11,3
Total	40	100,0	40	100,0	80	100,0

Uma breve caracterização dos agregados familiares estudados mostra que se trata principalmente de casais a) de

adultos jovens (2/3 com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos); b) dotados de baixa escolaridade (75% dos homens e 87,5% das mulheres têm escolaridades inferiores ao nível do secundário); c) que se ocupam em actividades por conta de outrem (78,8% dos homens e 89,7% das mulheres) no sector terciário (3/4 do total) e fora da freguesia (4/5 do total); d) que dispõem de rendimentos limitados (o rendimento mensal líquido não ultrapassa os 190 contos, em 87,5% dos casos; e os 120 contos, em 40% dos casos<sup>3</sup>); e e) que seguiram um padrão residencial dominante de uxorilocalidade (3/4 das mulheres são naturais da freguesia, contra apenas 47.5% dos maridos).

131

A aspiração a possuir casa própria constitui um traço distintivo da gerações mais novas em espaço rural. Relacionada com um projecto de «constituir uma família», esta aspiração torna-se um objectivo a realizar, em geral, na primeira fase do ciclo de vida familiar desde o casamento ao nascimento dos primeiros filhos. Embora o imperativo social que o aforismo «casamento/apartamento» manifesta não possa considerar-se um dado novo, uma vez que o encontramos igualmente presente nas gerações mais velhas, há que reconhecer que a possibilidade da sua concretização generalizada só recentemente começou a ter lugar<sup>4</sup>.

Importa notar que a formação de novas unidades residenciais, pelo «apartamento» dos jovens casais, longe de significar uma ruptura individualista com a casa-mãe, representa frequentemente, pelo contrário, uma continuidade com a lógica familista de gestão dos recursos materiais através da extensão do espaço residencial da família. Passa-se, assim, a uma nova fase de pertença à casa parental em que grande parte das funções de segurança e de protecção que esta assegurava e das obrigações e direitos que uniam entre si

### **3. Os sistemas de preferências e as prioridades relacionadas com o trabalho e os modos de vida**

<sup>3</sup> Os valores monetários referidos ao longo deste trabalho referem-se a preços correntes de 1993.

<sup>4</sup> Esta aspiração foi sabiamente explorada do ponto de vista doutrinário pelo Estado Novo sem nunca ter realizado uma política consequente de apoio à pequena habitação unifamiliar. Reconhecendo as vantagens morais e políticas desta sobre a habitação social, Salazar enaltece o instinto de propriedade que se exerce na posse material do lar e as virtudes da família que, «naturalmente mais económica, mais estável e mais bem constituída», se abriga sob o tecto próprio. «... para o nosso feito independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada nós desejamos antes de mais a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família» (Salazar, 1935: 202).

pais e filhos é preservada e em que, ao mesmo tempo, se estabelece uma nova modalidade de intimidade à distância capaz de prolongar as relações afectivas entre os parentes — uma situação que Karin Wall designa por neo-residência assimilativa, precisamente, pelo facto de, nesta separação de núcleos familiares, a lógica integradora da «casa» se sobrepor a um efeito de exclusão subjacente à autonomização dos jovens casais (Wall, 1990: 300).

Em parte, aquela possibilidade acrescida de possuir habitação própria fica a dever-se, nesta aldeia, a um conjunto de mudanças que, em geral, se saldaram num aumento dos rendimentos e numa melhoria das condições de vida das famílias: substituição da actividade agrícola por actividades mais bem remuneradas, aumento da estabilidade no emprego, elevação do nível de escolaridade, reforço do capital cultural. E dizemos apenas em parte porque, mesmo nas famílias mais desprovidas de recursos materiais e escolares, existem ainda assim condições sociais geradas pelo sistema das solidariedades primárias que favorecem as hipóteses de aceder à propriedade da habitação.

A importância que a posse da casa própria representa na vida dos jovens casais é reconhecida e partilhada pelo meio social da aldeia e suscita uma mobilização colectiva de vontades e esforços, de maior ou menor amplitude, apta a favorecer a realização desse objectivo. Estamos em pleno domínio das solidariedades sociais.

O reconhecimento social que recolhe quem consegue realizar o seu projecto de habitação é muito elevado — e particularmente acrescido no caso da auto-construção — em razão das qualidades e das competências que um tal empreendimento põe à prova: um grande «esforço de trabalho», «uma boa orientação de vida», uma capacidade elevada de gerar amizades e de merecer confiança. Em boa parte, o valor simbólico da propriedade da casa deriva precisamente deste teste às qualidades do proprietário e, tal como Locke notara, quando o objecto de propriedade é fruto do trabalho humano, a justificação da propriedade é absolutamente relevante<sup>5</sup>.

Faz sentido chamar a atenção finalmente, tal como faz António Gama a propósito do processo de produção dos

---

<sup>5</sup> Sobre a diversidade de significados pessoais, sociais e culturais atribuídos à casa e sobre o modo como eles condicionam e conformam as práticas em torno dela ver a excelente antologia de Ernesto Arias, *The Meaning and Use of Housing* (1993).

espaços peri-urbanos, para o facto de este imaginário local de realização e de sucesso de vida, simbolizado pela casa (mas também pelo automóvel e pelo equipamento doméstico) exprimir e veicular igualmente uma forma, simultaneamente material e cultural, de urbanização das comunidades rurais (Gama, 1987).

Sendo a construção da casa uma tarefa da juventude, como se viu, é muito raro encontrar-se situações de casais para quem a nova casa não seja também a sua primeira casa.

Por via de regra, o casal foi viver logo após o casamento para casa dos pais de um dos cônjuges — normalmente para casa dos pais da mulher, de acordo com o já referido padrão local de uxorilocalidade —, prolongando assim uma situação anterior de coabitação parental, e aí se manteve até ao dia da mudança para a nova casa. Isto não significa que não tenha havido uma preocupação de os pais rodearem os novos núcleos familiares de alguma autonomia. Hoje é muito mais forte do que no passado o reconhecimento da necessidade de garantir privacidade ao novo casal e, para isso, procuram-se formas, subtilmente negociadas, de conciliar a proximidade física com a privacidade, atribuindo ao jovem casal, sempre que possível, espaços diferenciados na residência parental: um outro andar, um anexo ou uma parte destacada da casa<sup>6</sup>.

No restantes casos, os jovens casais foram viver para casas cedidas por familiares ou para casas arrendadas, embora esta segunda solução seja mais rara pelo facto de, na aldeia, ser muito difícil encontrar casas para alugar<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Sendo a co-habitação um atributo da família patriarcal, a separação dos jovens casais assumia frequentemente, no passado, um carácter conflitual, sempre que ela significava o desejo de escapar à tirania patriarcal ou uma fuga às responsabilidades filiais de ajudar ou cuidar dos pais. Hoje, as circunstâncias em que se realiza a separação são bastante diferentes, não só porque as necessidades de ajuda ligadas à actividade agrícola diminuíram drasticamente em virtude da modernização dos processos de trabalho e da redução da actividade como porque a garantia dos riscos associados à incapacidade ou à velhice dos pais se tornou menos dependente dos cuidados dos filhos. As maiores facilidades de comunicação e de deslocação reduziram, por sua vez, o impacto negativo do afastamento físico resultante da separação e permitiram recriar o que se tem designado de intimidade à distância. Deixando de ser vista como ameaça, a separação pôde, assim, dar lugar a um novo sistema de relações que assegura a continuidade das trocas intergeracionais e a intensidade das relações familiares, possibilitando desenvolver ao mesmo tempo as condições de autonomia de que os casais jovens necessitavam para a sua inserção num mundo social mais alargado do que o dos seus pais. Sobre esta problemática, cfr. Segalen, 1980 e também, para o caso Português, Wall, 1990 e Nunes, 1992.

<sup>7</sup> As poucas casas arrendadas que existem na aldeia (uma meia-dúzia) não constituem propriamente um capital fundiário no sentido em que as rendas

**QUADRO 3**  
LOCAL DE RESIDÊNCIA APÓS O CASAMENTO

	v.a.	%
Residência parental	24	60,0
Anexo da residência parental	4	10,0
Casa cedida por familiares	5	12,5
Casa arrendada	4	10,0
Casa herdada	2	5,0
Casa construída pelo casal	1	2,5
Total	40	100,0

134

Independentemente das circunstâncias que justificaram estes casos de arrendamento, a preferência pela propriedade da casa é praticamente unânime em todas as famílias estudadas, sendo a renda, em regra, considerada um dinheiro mal gasto porque não serve para amortizar a casa<sup>8</sup>.

A premência das razões económicas é aqui muito forte, mas por detrás do argumento pressente-se a existência de um sistema de preferências mais estruturado. Bourdieu e Saint Martin, ao estudarem os sistemas de preferências relativamente à habitação, concluíram que a estrutura do capital se revela decisiva para a escolha entre a compra de casa e o arrendamento, operando através da estruturação dos *habitus*. Assim, seriam as categorias sociais em que o capital económico se sobrepõe ao capital cultural (empresários, artesãos e agricultores) a preferir a compra e, inversa-

---

não são produto de um investimento destinado a gerar lucros, mas sim património pessoal que se deseja evitar manter desocupado. É a situação de casas herdadas por quem já dispunha anteriormente de habitação ou de casas de naturais da aldeia radicados em permanência noutras localidades que de outro modo ficariam desabitadas. Por tal facto, não apenas a cedência mas também o arrendamento envolve, em regra, o accionamento de relações de favor. Vale a pena sublinhar que, situando-se numa região com elevados níveis de emprego e uma demografia dinâmica, esta aldeia não dispõe de casas vagas de moradores emigrantes, como acontece em tantas outras regiões do país. Registe-se que, em países com um passado não muito distante de êxodo rural, a proporção de casas vagas nas aldeias é relativamente elevada. É o caso da França, onde, segundo B. Kayser, estão nestas condições cerca de 1/10 das casas que constituem o parque habitacional das aldeias (1990: 259).

<sup>8</sup> «O dinheiro que eu gasto na renda de casa, multiplicado por muitos anos ... é dinheiro que eu ponho de lado para construir a minha casa e ao menos tenho uma casa que é minha» (J, 36 anos, operária). Significativamente, este mesmo argumento tinha sido encontrado em outro estudo na mesma região, para justificar o desinteresse dos camponeses pelo arrendamento de terras (Hespanha, 1994).

mente, as mais ricas em capital cultural (professores, quadros e profissões artísticas) a preferir o arrendamento (Bourdieu e Saint Martin, 1990).

O segredo do sucesso das famílias pobres da aldeia em conseguirem construir a sua casa reside fundamentalmente na capacidade de redução dos custos monetários da construção e na capacidade de poupança, duas condições que apenas se tornam possíveis no quadro de uma economia baseada em relações de troca só parcialmente mercantis. É um facto que, mesmo nas situações de maior compressão das despesas, há que pagar licenças, comprar materiais, contratar pessoal especializado para certas tarefas, mas a estratégia quase universal consiste em evitar o mercado, recorrendo sempre que possível a bens e serviços não pagos obtidos localmente no quadro das relações de troca sujeita à reciprocidade.

Observemos mais em pormenor os diferentes tipos de recursos de que é necessário dispor para a construção da casa e o modo como, no caso estudado, eles foram obtidos.

#### *O terreno*

Dispor de um local onde construir a casa revela-se incomparavelmente mais fácil aqui do que nas cidades, onde a densificação da construção tornou absolutamente proibitivo o preço dos solos para construção de habitação familiar.

Apesar de, também na aldeia, o preço dos terrenos para construção estar a subir, reflectindo a proximidade urbana e a procura de novas zonas residenciais fora da cidade, não pode falar-se com propriedade de um mercado imobiliário local, dado o carácter esporádico e atípico das transacções. É que a maior parte da procura de terrenos para construção é satisfeita à margem desse mercado através de transferências efectuadas no âmbito de relações familiares, embora nem sempre com um estatuto jurídico claramente definido (doação, partilha em vida, cedência do direito de edificar, etc.).

Na amostra estudada, o terreno foi cedido pelos pais de um dos cônjuges<sup>9</sup> em 80% dos casos e só nos restantes 20% o terreno foi comprado.

Como se compreende que uma tão elevada proporção de famílias disponha de terrenos para os seus filhos construírem

#### **4. As estratégias de acumulação e de agenciamento de recursos**

---

<sup>9</sup> Da mulher, em mais de três quartos dos casos.

casa? Existe uma resposta simples para esta questão, a de que uma lógica familista leva as gerações parentais a procurarem assegurar por todos os meios uma instalação próxima dos filhos. No entanto, a desestruturação que a economia camponesa, o sistema familiar patriarcal e a ética patrimonialista têm vindo a sofrer nas últimas décadas torna menos óbvia esta explicação. Em muitos casos, a coesão e continuidade familiares foram mantidas precisamente através da ausência e da distância dos casais jovens.

Inquiridas sobre o assunto, as pessoas referem a importância da casa, da família e da comunidade enquanto quadros referenciais, dotados de um valor ao mesmo tempo material e simbólico, para as estratégias de vida e de promoção social, mostrando como a mobilidade que caracteriza as suas vidas não é inconsistente, antes se reforça, com a radicação em territórios bem definidos. Por outras palavras, «a casa assume, em certos contextos, a função de lugar de ancoragem ou de «placa giratória» em diferentes momentos da trajectória de vida dos indivíduos» (Nunes, 1992: 158).

Um outro aspecto em que as mudanças vieram favorecer a disponibilização de terrenos relaciona-se com a desvalorização dos usos agrícolas da terra. Pequenas parcelas de terreno, outrora essenciais para a produção, estão hoje praticamente abandonadas ou mantidas em cultivo à custa de um grande esforço dos seus proprietários. Por isso, elas são, sempre que possível, desviadas para um uso mais compensador. Convém notar, porém, que a reconversão do uso agrícola destas terras para a construção levanta, por vezes, sérios problemas de legalização das construções aí edificadas. Para além da violação das normas de protecção da Reserva Agrícola Nacional (RAN), pode estar em causa o cumprimento das regras de edificação quanto a acessibilidade, dimensionamento da construção e infra-estruturação da zona e toda a gente reconhece que a fiscalização desse cumprimento está hoje muito mais apertada do que no passado<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Em parte, esta maior exigência por parte da administração municipal deriva da entrada em vigor do Plano Director Municipal (PDM). Relativamente à protecção da RAN, este permite excluir do regime de reserva, mediante parecer prévio favorável da Comissão Regional, a construção de habitações para fixação dos agricultores em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas fora da RAN ou para utilização própria e exclusiva dos proprietários dos terrenos e respectivos agregados familiares, quando se encontrem em situação de extrema necessidade sem alternativa de habitação condigna (artº 8º).

Sobre a situação caótica, do ponto de vista do ordenamento do território, decorrente deste tipo de urbanização dispersa em áreas rurais, vd. Sá (1987).

Este modo de aquisição de terrenos, condicionando em larga medida os projectos de habitação dos jovens casais, quer quanto à localização quer quanto à dimensão das casas<sup>11</sup>, raramente foi preterido em relação à compra. Os casos de compra referem-se quase exclusivamente a situações em que os pais não tinham terrenos para ceder e apenas em dois dos casos o jovem casal preferiu construir numa zona de urbanização recente junto à estrada para Coimbra onde se localizam as vivendas de famílias com mais recursos<sup>12</sup>.

### *O trabalho*

Um verdadeiro trabalho de castor, na imagem sugestiva de Thierry Blöss, o empreendimento da construção da habitação pelos próprios exige uma enorme disponibilidade pessoal para a realização de tarefas que, para além de penosas e diversificadas, se prolongam normalmente por um período muito extenso.

Essa disponibilidade depende das ocupações e das competências do casal, tempo livre para poder trabalhar no local, adquirir e transportar materiais, recrutar ajudas, retribuir os favores; competência para dirigir os trabalhos, dominar os ofícios, negociar os materiais ou conseguir apoios. Quem não dispõe dessas condições dificilmente poderá lançar-se no empreendimento. Em dois dos casos analisados, quase todo o trabalho da construção teve de ser dado de empreitada e, portanto, de ser pago a preço de mercado, porque, estando empregados ambos os cônjuges, não lhes era possível nem dar trabalho nem retribuir as ajudas recebidas.

Nos restantes casos, o envolvimento directo na construção foi muito desigual, tendo as situações de menor disponibilidade sido compensadas por um maior envolvimento de familiares e amigos a trabalhar em regime de favor, evitando assim o recurso a trabalho assalariado. A regra é «pagar o que não se sabe fazer e fazer por si ou pelos seus o que se sabe». Ora, na aldeia, não é difícil encontrar quem saiba do ofício e possa ajudar. Não só abundam as pessoas que, em alguma altura da sua vida, tiveram uma profissão ligada à

---

<sup>11</sup> A configuração física das terras agrícolas da zona — leiras estreitas sem boas condições de acesso — não permite a construção de habitações bem dimensionadas e com divisões amplas. Daí o facto frequente de a casa sofrer acrescentos — para anexos, garagem, telheiros, etc. — por aquisição posterior de parcelas de terreno contíguas.

<sup>12</sup> Ai, o preço dos terrenos é muito elevado, cerca de 2 000 a 2 500 contos por lote.

construção civil (pedreiros, serventes, carpinteiros), como, também, quase toda a gente já ajudou alguma vez na construção da casa de parentes ou amigos.

Precisamente porque na aldeia é relativamente fácil recrutar ajudas, o sistema mais comum de construir a casa é através da administração directa, ou seja, ficando toda a organização do trabalho, o recrutamento das ajudas e a compra de materiais a cargo do auto-construtor. O sistema alternativo, por empreitada, liberta mais o auto-construtor mas fica muito mais caro. Por isso, apenas quem não pode reciprocamente ou dispõe de muito dinheiro escolhe esta alternativa.

#### *O dinheiro*

Ainda que o valor das ajudas em trabalho ou em espécie constitua uma componente significativa dos recursos, dispor de um certo volume de dinheiro para fazer face a despesas inevitáveis com a construção torna-se indispensável, como vimos.

Parte importante das despesas de construção corresponde à aquisição de materiais. Nalguns casos, os auto-construtores puderam beneficiar da existência de recursos locais praticamente gratuitos — como a areia para a construção<sup>13</sup> —, noutros puderam beneficiar de um preço de favor ou de especiais condições de compra quando o fornecedor era da aldeia ou aparentado, mas em geral os materiais tiveram de ser comprados no mercado e representaram um volume de despesa elevado. Para minimizar os efeitos da inflação, a compra dos materiais foi feita algumas vezes com grande antecedência relativamente ao início da construção e, noutras vezes, em momentos bastante espaçados ao longo do processo de construção, tornando este mais demorado e dando lugar a um modelo de edificação da casa por etapas.

Tratando-se de casais jovens os rendimentos do trabalho (a existirem) dificilmente constituem, só por si, fonte de acumulação suficiente e, por isso, o impulso decisivo para a auto-construção só pode provir, para as famílias de mais baixos recursos, de fontes excepcionais de acumulação.

Dentre essas fontes, a principal e mais corrente na região é o casamento. Não se trata já das transferências patrimoniais ou monetárias a título de dote que tinham lugar no quadro

<sup>13</sup> Se bem que a extracção de areias do rio esteja condicionada a autorização e tenha um preço, a facilidade em iludir a vigilância dos serviços dada a proximidade do rio tornou esta formalidade dispensada na maioria dos casos.

do tradicional sistema camponês de alianças, mas de um fenómeno distinto e relativamente recente que faz de um rito social e de uma festa um contexto e um domínio de investimento. É que, sendo o casamento nas aldeias considerado um grande momento festivo e um evento social de múltiplos significados, a reunião de um elevado número de convidados constitui uma forma não só de investimento simbólico, como seguramente de investimento material<sup>14</sup>. O montante global das ofertas, quer em dinheiro quer em espécie, atinge frequentemente somas elevadíssimas, mesmo em famílias de menores rendimentos. Só assim se compreende o facto de a qualidade e dimensão do grupo de convidados não reflectir directamente a riqueza e o prestígio das famílias dos nubentes.

Na aldeia estudada, as despesas de casamento costumam ser custeadas pelos pais de ambos os noivos, mesmo quando a boda, como é normal, é organizada pelos pais da noiva. Porém, as ofertas em dinheiro que os noivos recebem não são consideradas receitas do casamento, no sentido em que se destinem, ainda que em parte, a custear aquelas despesas; elas são antes rendimento próprio do novo casal, livre de qualquer contribuição para os promotores da boda. O significado disto torna-se mais expressivo quando se considera a dimensão média de um casamento — 200 a 250 convidados — e o montante médio da oferta em dinheiro por cada convidado — cerca de dez contos<sup>15</sup>.

Resta apreciar como é gerida e quais os principais destinos desta pequena fortuna proporcionada pelo casamento.

---

<sup>14</sup> Faz sentido questionar as condições em que o casamento pode assumir esta função de fonte de acumulação de recursos monetários, tanto mais que é sabido que actualmente em outras regiões do país ou, na mesma região, em outras épocas ela está ou esteve ausente. Estudos exploratórios sobre a economia do casamento realizados em diferentes locais da Região Centro permitiram-nos sustentar a hipótese de que a monetarização das ofertas aos noivos depende, em geral, do nível de monetarização das economias familiares (e da taxa de assalariamento das actividades económicas) da sociedade local e, em particular, do estatuto social dos noivos (e, portanto, dos convidados).

<sup>15</sup> Apesar dos números apontados, as despesas com a boda são relativamente modestas pelo facto de nela se envolver muito trabalho não pago de familiares, parentes e vizinhos, serviços especializados pagos abaixo do valor, alimentos auto-produzidos, espaço e equipamento cedidos em regime de favor e, em geral, outros recursos fora do mercado. No entanto, nem sempre — isto é, nem a todos — é possível manter-se fora do mercado num empreendimento desta dimensão. Daí que o endividamento seja uma situação corrente, num quadro de opções em que esse sacrifício é preferido a um casamento sem convidados.

#### QUADRO 4

##### DESTINO PREDOMINANTE DAS RECEITAS DO CASAMENTO

	v.a.	%
Compra de terreno para a edificação da casa	4	10,0
Compra de materias de construção	11	27,5
Compra de mobílias e/ou electrodomésticos	5	12,5
Depósito bancário	5	12,5
Compra de animais para prod. pecuária	8	20,0
Investimento em outro negócio	2	5,0
Compra de carro ou motorizada	5	12,5
Total	40	100,0

O quadro 4 refere, para os casos estudados, a aplicação dada pelos jovens casais aos rendimentos do seu casamento e a importância do projecto de construção da casa ressaltada com bastante nitidez. Em média, cerca de metade desses rendimentos é directamente orientada para investimentos relacionados com tal projecto: compra do terreno (10%), compra de materiais de construção (27,5%) e compra de equipamento (12,5%)<sup>16</sup>.

Das restantes aplicações, algumas ainda estão relacionadas com o mesmo projecto e representam investimentos destinados a fazer render o dinheiro enquanto não é possível avançar para a construção. Os depoimentos mostram que o negócio de criação e engorda de animais — suínos e bovinos —, normalmente como actividade complementar de uma outra, permite multiplicar mais facilmente o capital<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Acresce ainda que as ofertas feitas em espécie costumam consistir em bens para a casa, muitas vezes de acordo com a vontade dos próprios noivos.

<sup>17</sup> Um dos casos ilustra bem o processo de acumulação, por etapas, que conduz à construção da habitação e o envolvimento de toda a família no projecto do jovem casal.

Após o casamento, o casal fica a morar em casa dos pais da mulher onde reside também uma irmã desta e o marido. Num primeiro momento, o dinheiro das «amêndoas» é investido na construção de uma pocilga em terreno cedido pelos pais e os dois casais jovens associam-se para a criação e engorda de suínos. Em pouco tempo, conseguem multiplicar o capital, tirando proveito da disponibilidade das duas irmãs, que não tinham emprego, para o trabalho de manutenção e de parte dos salários dos maridos para as despesas com as exploração (basicamente rações e medicamentos). Num segundo momento, abrem um talho na aldeia para venderem a carne dos animais criados na exploração e expandem a produção. Com o capital acumulado, obtiveram o exclusivo da distribuição na região de uma marca de iogurtes e lançaram-se na comercialização desses produtos. Compraram dois carros, meteram

Outras aplicações procuraram resguardar o dinheiro até uma aplicação definitiva, colocando-o no banco e aproveitando de um nível relativamente elevado das taxas de juro.

Outras, finalmente, representam aplicações com finalidades distintas e, nalguns casos, concorrentes com o projecto de construção — compra de carro ou de motorizada<sup>18</sup>.

Para além desta fonte excepcional de rendimentos, a acumulação procede de diversos outros meios que, de uma forma sintética, se podem resumir no aproveitamento integral das oportunidades de valorizar os recursos próprios (*maxime*, terra e trabalho) e no evitar das oportunidades de dispêndio de recursos monetários ao longo de um período mais ou menos extenso iniciado, muitas vezes, mesmo antes do casamento.

A busca de rendimentos extraordinários fez-se através de um rigoroso aproveitamento dos tempos de trabalho do casal, combinando actividades assalariadas com actividades por conta própria, trabalho doméstico em casa com trabalho doméstico fora, criação de gado com trabalho nas terras, horas extraordinárias com biscates e por aí adiante.

Quanto à estratégia de poupança, a capacidade de privação que as pessoas são capazes de suportar só impressiona quando não se tem em conta que, na aldeia, «o feito de economizar já vem de pequeno» e que, apesar da atracção pelos consumos modernos se fazer sentir aí com intensidade crescente, a importância que a casa própria detém como capital social no quadro das relações dentro da aldeia justifica a preferência dada à casa relativamente a quaisquer outros consumos.

Algumas das privações mais presentes na memória dos auto-construtores dizem respeito ao vestuário, ao carro, aos passeios e às férias, à ida ao café ou ao cinema<sup>19</sup>. Durante

---

pessoal (no Verão, recrutam estudantes) e construíram um armazém. A intencionalidade do projecto de construção da casa manteve-se, porém, constante ao longo destas várias fases.

<sup>18</sup> A preferência pela compra de carro ou pela construção da casa é um tema recorrente do discurso dos auto-construtores entrevistados e normalmente é abordado em termos que procuram sublinhar não só o esforço requerido para a construção, mas também as privações a que se sujeitaram. Por contraste, referem com algum desprezo o exemplo daqueles que não souberam resistir à atracção de possuir o carro e hoje continuam a viver em casa dos pais.

<sup>19</sup> «Poupava muito na roupa. Sabe como é, aqui na aldeia toda a gente se conhece. Se se andar assim um bocadinho mal vestido ninguém leva a mal. Na cidade já não é assim, não é?» (M.J., 36 anos, empregada de limpeza). «Nós

um período mais ou menos longo, o nível de vida de muitos dos casais que construíram as suas casas reduziu-se drasticamente, mas essa situação era avaliada positivamente pela sociedade local, que premeia quem mostra capacidade para «vencer na vida».

«Da maneira que eu fiz a minha casa, toda a gente consegue. Privei-me de muita coisa, trabalhei muito... mas consegui» (Q, 37 anos, empregada). Se é verdade a afirmação desta entrevistada, há que reconhecer que nem as estratégias de maximização das receitas, nem as de minimização das despesas dizem apenas respeito ao casal jovem. Elas envolvem sempre outras pessoas e, desde logo, a família próxima — pais, irmãos, sobrinhos<sup>20</sup>. Os casos estudados permitiram descobrir inúmeras formas de envolvimento, algumas delas bastante pesadas para quem as suporta, como o acolhimento prolongado ou a comensalidade, o cuidar das crianças e as frequentes ajudas monetárias<sup>21</sup>.

A duração do período de acumulação varia muito de caso para caso e não termina necessariamente com o início de construção da casa, uma vez que esse momento significa apenas que estão reunidas as condições mínimas necessárias para viabilizar a construção<sup>22</sup>.

Contado a partir da data do casamento, esse período foi em um quarto dos casos de quatro anos. Mas, acima dessa duração, ficaram cerca de 42,5% dos casos, com um valor

---

começámos logo quando casámos. Eu tenho já este feito de economizar (...) já vem de pequeno. Por exemplo, se eu não fizesse aquela casa, ora já não ia comprar aquele carro... Também não podia comprar muito maior nem muito melhor, porque não o podia ter na garagem. Depois pensava assim 'Então agora vou mandar uma parede abaixo só para gastar dinheiro? Não.' Tinha que optar por outras coisas... que era aumentar o nível de vida. No Domingo íamos jantar fora, íamos passar férias. E assim já não vamos fazer nada disso, nem fizemos. Por exemplo já fomos ao Gerês, pronto... Já demos umas voltitas... Gastávamos algum, mas é um gasto muito controlado (...) Se eu fizesse isso, não chegava lá» (G., 28 anos, empregada de comércio). «E eu pensava comigo: enquanto vais beber o café, ao fim do mês já dava para uma saca de ração para o bezerro... Com o rendimento do gado, fui comprando todo o material para a casa. Só faltava a mão-de-obra» (J.A., 36 anos, empregado).

<sup>20</sup> Sobre o conceito de família próxima e também sobre as classificações sociais na aldeia cfr. por vários Karnoough, 1979.

<sup>21</sup> Alguns dos entrevistados exprimem bem o reconhecimento da ajuda dos pais e sogros: «Ah, ajudou-me muito. Basta dizer isto: eu tive os meus dois filhos e depois um atrás do outro e eu trabalhei sempre. Ai, meu Deus, o que é que eu fazia se não fosse ela [a sogra] ... e o comerzinho a tempo e horas? Eu podia ir descansada trabalhar que ela ficava-me com eles» (L., 39 anos, operária).

<sup>22</sup> «Não é preciso ter o dinheiro todo para começar. Basta ter dinheiro para comprar uns tijolos, cimento, ferro e pedra para fazer os alicerces» (JC., 36 anos, motorista).

máximo de 14 anos. Apenas em 10% dos casos a construção se iniciou logo a seguir ao casamento<sup>23</sup>.

**QUADRO 5**  
DURAÇÃO DA CONSTRUÇÃO (em anos)

Número de anos	duração da construção		Tempo decorrido desde a data do casamento			
			1. até ao início da construção		2. até ao fim da construção	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
< 0			2	5,0		
0	6	15,0	2	5,0	2	5,0
1	7	17,5	1	2,5		
2	11	27,5	3	7,5		
3	6	15,0	5	12,5	5	12,5
4	2	5,0	11	27,5	3	7,5
5	3	7,5	2	5,0	3	7,5
6	1	2,5	5	12,5	4	10,0
7	2	5,0	2	5,0	6	15,0
8			1	2,5	3	7,5
9	2	5,0	1	2,5	4	10,0
10-14			5	12,5	9	22,5
≥ 15					1	2,5
Total	40	100,0	40	100,0	40	100,0

Por sua vez, a duração da construção da casa foi de dois anos em um quarto dos casos e em 3/4 dos casos inferior a quatro anos. Porém, houve casos em que a construção se arrastou por muito mais tempo, até a um máximo de 9 anos<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Uma das condições que favorecem a construção rápida consiste no retardamento do nascimento dos filhos («Eu tive a sorte de estar quatro anos sem ter filhos e aí, digo-lhe, foi trabalhar a esgalhar» (F., 39 anos, costureira).

Por seu turno, o prolongamento excessivo do período de acumulação pode inviabilizar a construção por, entretanto, o casal ter passado a enfrentar novas despesas com a educação dos filhos. «Agora tenho que acabar a casa porque a minha filha para o ano já vai para Coimbra [estudar] e depois... já sabe, é tudo para ela» (N., 34 anos, doméstica). Assim, na representação popular a vida do casal é marcada por fases sucessivas a que correspondem diferentes projectos: construir a casa, educar os filhos, ajudar a instalar os filhos e tomar conta dos pais.

<sup>24</sup> A não conclusão das obras não impediu, nalguns casos, que o casal fosse morar para a nova casa, logo algumas divisões feitas e após a constru-

O calendário de instalação residencial mostra que tem vindo a aumentar o intervalo entre o casamento e o início da construção e entre este e o termo da construção. O prolongamento da coabitação parental é, hoje em dia, um efeito muito visível do agravamento do desemprego dos jovens — uma tendência igualmente assinalada em outras sociedades (Blöss, 1987; Pais, 1991), — e revela, uma vez mais, a importância da ajuda familiar não só na promoção ou mobilidade social dos jovens casais como na gestão das dificuldades da inserção profissional destes em conjunturas de crise económica.

### 5. A composição das redes de entreeajuda e os padrões de reciprocidade

O processo de auto-construção desenrola-se, como vimos, ao longo de diferentes fases, mais ou menos longas, durante as quais o jovem casal procura mobilizar em torno do seu projecto um conjunto diversificado de ajudas, atendendo quer ao tipo de ajuda prestada quer à condição dos prestadores.

**QUADRO 6**  
MODALIDADES E PRESTADORES DE AJUDA

	<b>antes da construção</b>	<b>durante a construção</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• terreno</li> <li>• ajuda financeira</li> <li>• trabalho de favor</li> <li>• negócios de favor</li> </ul>	<p>pais/sogros pais/sogros</p> <p>parentes, amigos e vizinhos</p>	<p>pais/sogros parentes*, amigos e vizinhos parentes, amigos e vizinhos</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• empréstimos de favor</li> <li>• coabitação</li> <li>• cuidar dos filhos</li> <li>• alimentação</li> <li>• outros serviço pessoais</li> <li>• dificuldades burocráticas</li> </ul>	<p>pais/sogros, parentes próximos, «patrões»</p> <p>pais/sogros mãe/sogra mãe/sogra mãe/sogra</p> <p>parentes, amigos, vizinhos e «patrões»</p>	<p>pais/sogros, parentes próximos, «patrões»</p> <p>pais/sogros mãe/sogra mãe/sogra mãe/sogra</p> <p>parentes, amigos, vizinhos e «patrões»</p>

\* Além dos pais e sogros, inclui colaterais próximos: irmãos, cunhados e primos

ção do primeiro piso: «Morávamos cá em baixo durante dois anos. Depois é que fomos construindo lentamente» (N., 35 anos, empregada de limpeza). «Eu não tive outro remédio ... entre estar mal e apertada e sem condições com os meus pais, preferi vir para aqui» (O., 41 anos, funcionária).

Procuraremos dar conta, abreviadamente, da origem e natureza dessas modalidades de ajuda ao longo das diferentes fases que vão da decisão de construir até à conclusão da casa.

No período correspondente à fase de acumulação que precede a construção, a principal ajuda vem dos pais e sogros e consubstancia-se basicamente em três aspectos: no acolhimento e sustento do casal jovem, na cedência de terreno e no empréstimo de fundos para a compra de materiais.

O papel da família nesta fase é determinante para a viabilidade do projecto e, como se vê, insubstituível<sup>25</sup>. A carga e o encargo que estes três tipos de ajuda representam para o grupo parental são muito elevados para famílias com baixos rendimentos como são as analisadas e, frequentemente, vêm adicionar-se a outros cuidados prestados a ascendentes idosos dependentes que igualmente coabitam na mesma casa. Talvez por isso a ajuda sob a forma de empréstimo monetário seja aqui menos expressiva do que em outros contextos (Cuturello, 1987:119) e em muitos casos o jovem casal teve de recorrer a instituições de crédito<sup>26</sup>.

No período da construção, a rede de ajudas alarga-se a outros parentes, a amigos e a vizinhos, intensificando-se ainda a ajuda dos pais/sogros que passam a ajudar na construção e, ao mesmo tempo, a apoiar a equipa de trabalho confeccionando alimentos para os que trabalham na obra e substituindo o casal no trabalho doméstico, no cuidado das crianças e em outras tarefas.

<sup>25</sup> Como refere uma entrevistada, «quando não há pais que ajudem, os casais vêem-se mais aflitos. Dificilmente um casal que não tenha os pais a ajudar, a colaborar — a dar-lhe as couves, os feijões e as batatas ... e a ajudar-lhe até na panelita da sopa ... só com dois valentes ordenados é que consegue fazer a casa» (D., 38 anos, pequena comerciante). Quando ambos os cônjuges estão empregados, esta ajuda parental quase sempre permite «pôr de lado» um dos salários, isto é intensificar a acumulação de capital e, assim, reduzir o tempo de espera da construção.

<sup>26</sup> O recurso a empréstimo para construir a casa aconteceu em 45% dos casos e dirigiu-se principalmente a bancos, em exclusivo — 72,2% — ou em parte — 11,2%. O receio do endividamento ainda é grande e parece ser função da idade. De qualquer modo, a alternativa ao endividamento salda-se quase sempre num retardamento da construção: «Pois se tenho pedido empréstimo, o tempo que eu andei [10 anos] a fazê-la andava só 3 ou 4 anos, mas andava depois o resto do tempo a pagar. (...) Hoje, não estou arrependido de ter feito assim, porque vivo mais descansado... Eu sei que há pessoas... — não sei se isso é verdade ou não —, que pediram dinheiro e ficaram a pagar por exemplo... naquela altura 4.500\$00 e que hoje ainda os pagam. Pois isso era bom! Mas há casos daí, os mais recentes... é capaz de haver mais facilidades de levantar dinheiro, só que depois começa-se a pagar, por exemplo 20 contos por mês, pr'o ano já se paga 30... Assim, olhe... fui fazendo consoante tinha» (S., 41 anos, encarregado).

O maior esforço de trabalho recai sobre o agregado familiar do auto-construtor. Em geral, a ajuda principal vem dos pais e sogros e a seguir dos colaterais próximos (irmãos e cunhados). No entanto, como se pode ver no quadro 6, existe uma certa divisão de trabalho nas ajudas familiares, pela qual aos primeiros cabe sobretudo a ajuda financeira, a cedência do terreno e o apoio e sustento regular do casal antes e durante a construção e aos segundos uma ajuda em trabalho no período da construção.

O trabalho regular na obra cabe ao auto-construtor, que é quase sempre ajudado por um parente próximo — o pai ou o sogro, um irmão ou um cunhado — ou pela própria mulher. Os amigos e os vizinhos são chamados apenas a dar uma mão na fase crítica dos trabalhos, quando se tem de abrir os alicerces, colocar a placa<sup>27</sup> ou telhar a casa; ou então a prestar certos serviços, como transportar materiais, fazer cofragens, meter a instalação eléctrica ou a canalização. Apesar de irregular e concentrada em períodos limitados, a sua ajuda é considerada imprescindível: «Tem de se ter amigos, quando não se faz a casa. Mas aqui na nossa zona tudo tem, tudo consegue».

Das famílias estudadas, quase todas (90%) tiveram ajudas na construção, sendo que metade teve ajuda de familiares, amigos e vizinhos; 47,2% tiveram ajuda apenas de familiares e 2,8% apenas de amigos e vizinhos.

Para certo tipo de problemas, como por exemplo aqueles que derivam das dificuldades de legalização da nova habitação em regra não basta a solidariedade entre iguais. O relacionamento com os diversos serviços públicos que intervêm no processo de construção<sup>28</sup> não é fácil para as pessoas da

<sup>27</sup>Esta é a operação mais delicada da construção e aquela que exige um maior número de braços. Normalmente juntam-se entre 10 e 15 pessoas num fim de semana, a fazer um trabalho, composto de múltiplas tarefas coordenadas pelos mais experientes, que exige grande rapidez e habilidade de execução. As mulheres da casa asseguram a manutenção da equipa de trabalho, cozinhando e servindo as refeições no local. O termo do trabalho é também uma ocasião de festa como é tradicional nos grandes rituais camponeses de entreajuda.

<sup>28</sup> Uma enumeração rápida dos principais trâmites do processo de legalização da nova habitação confirma plenamente a nossa asserção. A titulação notarial da aquisição do terreno e registo da aquisição do terreno na Conservatória do Registo Predial é uma condição necessária para obter um empréstimo bancário. O pedido da licença de construção e, posteriormente, licença de habitação na Câmara Municipal constitui sem dúvida a formalidade mais importante a cumprir. A licença de construção, sendo a habitação localizada em área rural, tem de ser instruída, em caso de dúvida, com pareceres dos serviços da Reserva Agrícola Nacional (dependentes do Ministério da Agricultura) e da Reserva Ecológica Nacional (Ministério do Ambiente. Cfr. *supra* nota 10).

aldeia que, ignorando o emaranhado e instável ordenamento jurídico que regula a construção e a razão de boa parte das exigências que ele impõe, são frequentemente levadas a avançar com as obras da casa mesmo antes de concluído o processo burocrático ou mesmo na ausência de qualquer processo. Os entraves burocráticos na Câmara, nos Serviços Hidráulicos ou na RAN resolvem-se com muita «papelada», muito dinheiro e muita perda de tempo. Por isso se prefere recorrer à ajuda de quem tenha peso nas instituições, em regra um notável local que se disponibiliza a fazer o favor de interceder por esta clientela desesperada. Ou, então, recorre-se a alguém que, mediante preço razoável, elabore e apresente um projecto que possa ser aprovado pela Câmara sem problemas.

A consciência de que toda a ajuda implica a reciprocidade e, por isso, mais tarde ou mais cedo ela terá de ser retribuída está sempre bem presente e foi referida constantemente nas entrevistas. A própria vida social da aldeia parece reforçar-se através desta multiplicidade de vínculos que emergem das trocas de favores e geram uma forte interdependência entre os moradores. Por isso, a retribuição de um favor assume um carácter absolutamente imperativo para quem dele beneficiou ou pretende vir a beneficiar<sup>29</sup>.

Construir a própria casa não é tarefa fácil. Ela representa um sacrifício enorme tanto para a vida familiar como para a actividade profissional dos construtores. Por isso, a sua contribuição para a solução do problema do alojamento parece tão insignificante nas sociedades industrializadas quando comparada com o peso do alojamento promovido pelo Estado (central ou local) ou pelos operadores privados.

A falta destes apoios em sociedades como a portuguesa, leva a que a maior parte das novas habitações em áreas rurais seja construída pelos próprios, apesar das elevadas e crescentes limitações postas pelos serviços de gestão urbanística. Para isso contribui a existência de redes sociais de

---

Quase sempre acrescem ainda outras formalidades, como o pedido de licença para extracção de areias do rio, o seguro dos trabalhadores da obra, etc.

<sup>29</sup> Conforme confirmam estes depoimentos tomados dentre vários outros: «O meu homem tem ido ajudar muita gente e tem que ir .... deve ir porque tivemos aqui muitas ajudas.» (MG, 32 anos, empregada doméstica). «Pois eles vieram ajudar-me. Quando forem eles, também tenho que ir.» (H., 36 anos, operária).

## 6. Conclusões

entreadjudada que permitem reduzir drasticamente os custos de construção através da mobilização gratuita de importantes recursos em trabalho e da disponibilização sem qualquer custo de terrenos para a auto-construção<sup>30</sup>.

O estudo a que nos reportamos permitiu aclarar as hipóteses enunciadas no início e também identificar alguns aspectos novos.

Começamos pela tese da vitalidade da Sociedade-Providência. Ficou amplamente comprovada a indispensabilidade do papel da ajuda benévola de parentes, vizinhos e amigos na concretização dos projectos de habitação própria, assim como o carácter hierarquizado e selectivo das ajudas no conjunto amplo dos membros das redes sociais centradas no casal auto-construtor. As ajudas mais indiferenciadas e mais intensas provêm do grupo dos parentes próximos, ascendentes e colaterais do primeiro grau. Fora deste grupo o pedido de ajuda de parentes é mais pontual e menos intenso. A selectividade da ajuda respeita ao aproveitamento das distintas competências ou recursos dos membros que compõem a rede social ao longo de todo o processo que conduz à habitação própria: ter conhecimentos na Câmara, dispor de transporte para os materiais, saber do ofício de pedreiro ou electricista, arranjar descontos em fornecedores, dar uma ajuda em trabalho, levar os filhos dos construtores à praia, ceder um bocado de terreno, emprestar dinheiro, etc., etc.

Este argumento da vitalidade da Sociedade-Providência não é incompatível com o reconhecimento da escassez de meios com que ela opera. O que se referiu acerca dos modos de vida dos auto-construtores durante o período de acumulação, acerca do prolongamento forçado da situação de co-residência parental, acerca da prática de construção por etapas, acerca do calendário de instalação residencial e de outros aspectos da mesma estratégia de esforço e privação parece ser suficientemente elucidativo daquela escassez.

O argumento da débil interiorização dos direitos sociais, por seu turno, não só se aplica neste domínio como se reforça quando se analisa o discurso dos auto-construtores sobre as reclamações dos moradores urbanos a propósito do direito ao alojamento. Enquanto num sistema de auto-produ-

---

<sup>30</sup> Este fenómeno não é de forma nenhuma exclusivo da sociedade portuguesa. No quadro europeu, Shucksmith refere, por exemplo, que mais de metade das habitações construídas no espaço rural irlandês são total ou parcialmente auto-construídas (Shucksmith, 1990; 172). Vd. também, sobre este assunto, Legrain (1982).

ção do alojamento, o «direito» à habitação é considerado merecido pelo esforço de trabalho próprio, pelos sacrifícios suportados pela família e pela capacidade de recrutar apoios e de os pagar, o direito à habitação conseguido pelos moradores urbanos, através de uma forte pressão sobre o Estado, em manifestações e ocupações, é em geral considerado pelos auto-construtores como um direito não fundado no trabalho e, portanto, imerecido<sup>31</sup>.

O argumento de que a ajuda recíproca é atravessada por particularismos que dificultam a universalização das práticas de entreaajuda mostrou-se consistente, nomeadamente, com a dificuldade que os auto-construtores naturais de outras freguesias encontram ao tentar recrutar ajudas para além da família da mulher. Mas a importância da reciprocidade revela-se ainda quando o casal não tem condições de pagar a ajuda recebida, porque, por exemplo, as ocupações desempenhadas pelos cônjuges não deixam suficiente tempo disponível. Nestes casos, a reciprocidade torna-se inviável e a ajuda nem sequer é pedida, sendo necessário recorrer a trabalho pago.

Apesar do aparente sucesso das estratégias de construção que se basearam na entreaajuda local, é preciso referir que existem certas condições mínimas para que elas possam funcionar plenamente e uma delas — dispor de uma fonte regular de rendimento — é hoje mais difícil de assegurar dado o nível actual de desemprego juvenil. Por isso, o estudo mostrou existir actualmente um certo abrandamento na auto-construção e uma deslocação das preferências dos jovens casais para investimentos menos arriscados ou para consumos de lazer.

Resta, por último, abordar a questão da inserção deste modelo de auto-construção no quadro das políticas de alojamento do Estado. De acordo com as perspectivas que nos orientaram, não se trata de uma questão simples, mas sim de uma questão complexa que se desdobra em várias outras questões. Destas tomaremos apenas quatro para ilustrar telegraficamente algumas das dificuldades que se deparam nas tentativas de construção de fórmulas mistas de providencialismo.

---

<sup>31</sup> «Esses casais que aparecem aí na TV a pedir casas às portas da Câmara às vezes até me fazem nervos. Então nós trabalhamos para ter uma casa ! ... Então porque é que eles não trabalham ? Eu trabalho desde os meus treze anos e fiz com muito sacrifício a minha casa. Mais pobre do que eu ninguém era !» (M.J., 42, empregada doméstica).

1. Será legítimo submeter a ajuda benévola a uma lógica redistributiva orientada para dar resposta a todos aqueles que necessitam de alojamento, mesmo a quem mostre ter dificuldade em retribuir, como os mais idosos e os mais pobres ? As solidariedades analisadas revelaram-se muito estritas na sua lógica particularista, excluindo os estranhos e impondo a reciprocidade aos próximos.

2. Será possível ao Estado apoiar formas tão flexíveis e pouco estruturadas de cooperação sem as destruir? O que se está a passar com o voluntariado e a solidariedade social absorvidos pela Segurança Social pode ajudar a entender os riscos de funcionalização dessas formas (Hespanha, 1995).

3. Será possível transformar as iniciativas individuais e esporádicas dos auto-construtores em projectos organizados sob a forma cooperativa sem desmobilizar a ajuda que lhes é prestada a título pessoal ? Atente-se na experiência de irradiação progressiva da lógica mutualista no movimento cooperativo através de afirmação de princípios de racionalidade organizativa.

4. Será credível que o Estado continue a assegurar as suas obrigações sociais e constitucionais em matéria de habitação sabendo que a sociedade se reconhece capaz — não importa a que preço e inspirada em que valores — de produzir a sua própria habitação? A experiência de outros países mostra como isso pode ser facilmente transformado em argumento retórico de peso para legitimar as políticas restritivas dos governos neo-liberais.

Em períodos de crise, sabe-se como a tentação de o Estado abdicar de certas políticas de protecção social é extremamente forte e, ao mesmo tempo, como é elevada a probabilidade de o argumento da auto-suficiência vir a ser utilizado como justificativo da passividade dos poderes públicos. E no entanto, algumas medidas aparentemente pouco dispendiosas — como a infraestruturização de zonas destinadas à construção, a simplificação e clarificação dos procedimentos burocráticos e o financiamento da aquisição pelas famílias de menores rendimentos de terrenos e matérias —, de resto já experimentadas durante a vigência do programa SAAL, permitiriam decerto aliviar a enorme privação das famílias durante o processo de auto-construção

Numa sociedade, como a portuguesa, em que a insegurança e os riscos sociais são vividos ainda por uma grande parte da população e em que o Estado não garante sequer a

protecção básica em certos sectores, como este da habitação, a pressão social constante dos cidadãos para o reconhecimento e apoio das suas iniciativas, por formas ajustadas às diferentes realidades sociais e culturais, parece ser a única forma de conseguir uma integração equilibrada do providencialismo estatal com o providencialismo societal. ■

## Referências Bibliográficas

152

- Arias, E. 1993 *The Meaning and Use of Housing. International perspectives, approaches and their applications.* Aldershot, Avebury.
- Blöss, T. 1987 «Se loger quand on est jeune. Affaire de famille, Affaire d'État». *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 18/58: 109-117.
- Bourdieu, P.; Saint Martin, M. 1990 «Le sens de la propriété. La genèse des systèmes de préférences». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82: 52-64.
- Castells, M. 1973 *La Question Urbaine.* Paris, Maspero.
- Cuturello, P. 1987 «Une affaire de famille: l'auto-construction du logement». *Revue d'Action Communautaire*, Automne: 18/58: 119-126.
- Ferreira, A. F. 1987 *Por uma nova Política de Habitação.* Porto, Afrontamento.
- Gama, A. 1987 «Indústria e produção de um espaço peri-urbano». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22: 33-54.
- Hespanha, P. 1994 *Com os pés na terra.* Porto, Afrontamento.
- Hespanha, P. 1995 «Vers une société-providence simultanément pré- et post-moderne. L'état des solidarités intergénérationnelles au Portugal». Claudine Attias-Donfut (org.), *Les solidarités entre générations, Vieillesse, Familles, État.* Paris, Éd. Nathan.
- Karnoough, C. 1979 «Penser "maison", penser "famille"». *Études Rurales*, 75: 35-75.
- Kayser, B. 1990 *La renaissance rurale.* Paris, Armand Colin.
- Legrain, C. 1982 «L'économie informelle à Grand-Failly». *Cahiers de l'Observation du Changement Social*, vol. VII.
- Nunes, J. A. 1992 *As teias da família. A construção interaccional das solidariedades primárias.* Coimbra, Faculdade de Economia [dissertação de doutoramento]
- Pais, J. M. 1991 «Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida». *Análise Social*, 114: 945 -987.
- Sá, M. F. 1987 «Povoamento disperso no Médio Ave. Uma experiência de intervenção urbanística». Comunicação policopiada ao Colóquio *Espaço e Industrialização.* Coimbra, Faculdade de Economia.
- Salazar, A. O. 1935 *Discursos.* Coimbra, Coimbra Editora.

- Santos, B. S. 1982 «O Estado, o direito e a questão urbana». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9: 72.
- Santos, B. S. 1990 *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto, Afrontamento.
- Santos, B. S. (org.) 1993 *Portugal: um retrato singular*. Porto, Afrontamento.
- Santos, B. S. 1994 *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.
- Santos, B. S.;  
Reis, J.;  
e Marques, M. M. L. 1986 «O Estado e as transformações recentes da relação salarial». In CISEP, *O Comportamento dos Agentes Económicos* (Vol.2). Lisboa, 1986.
- Segalen, M. 1980 «"Faire construire", résistances et contre-pouvoirs familiaux en Bretagne». *Économie et Humanisme*, 251.
- Shucksmith, M. 1990 *Housebuilding in Britain's Countryside*. London, Routledge.
- Wall, K. 1990 «Residência e Sucessão na Família Camponesa do Baixo Minho». *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol. I: 297-312. Lisboa, Fragmentos.